

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente - José Ferraz - **PTB**
1°-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**
2°-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**
3°-Vice-Presidente - Rêmoló Aloise - **PMDB**
1°-Secretário - Elmo Braz - **PP**
2°-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**
3°-Secretário - Bené Guedes - **PDT**
4°-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**
5°-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

PÁG.

- 1- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 2- [ERRATA](#)
-

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

614ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/12/94

O Deputado Homero Duarte - Caro Presidente, minhas irmãs e irmãos Deputados, tudo que é belo na vida cedo perece: a juventude, a beleza, a própria vida.

Não sendo reeleito Deputado, deixo esta Casa fortalecido, com absoluta certeza de que vivi e trabalhei por quatro anos, com muito amor, dedicação e seriedade.

Na vida existe um tempo para todas as coisas e um tempo para cada coisa. Existe o tempo de trabalhar e o de descansar. De alegrias e de tristezas. De avanço e de recuo.

Desde a posse no honroso mandato de Deputado Estadual, foram, até hoje, 1.419 dias vividos num trabalho sério. Creio que em 95% desses dias e noites fui o último Deputado a terminar os serviços e sair desta Assembléia. Sempre com o objetivo de atender a todos, de responder a cada solicitação. Quatro anos quase que totalmente voltados para ajudar asilos, creches, associações de excepcionais, associações comunitárias, culturais e desportivas. Distribuí, neste mandato, 906 cadeiras de rodas, dezenas de aparelhos auditivos, pernas mecânicas, pares de óculos e outras ajudas para pessoas e entidades necessitadas.

Dediquei, acima de tudo, respeito e atenção a todos os que me procuraram, especialmente aos servidores desta Assembléia Legislativa, desde o mais humilde até o do mais alto escalão.

Em política, não existem desculpas para derrotas. Cabe analisar os resultados e tirar as melhores e mais profundas conclusões. Não fui reeleito porque, principalmente, não pude enfrentar o poderio econômico de alguns Zeituões da vida. Muitos a quem ajudei nos últimos quatro anos me esqueceram. Até alguns Prefeitos, com os quais trabalhei dois anos firme, simplesmente se acomodaram às vésperas da eleição. Não souberam ser gratos pelo carinho, pela atenção e pelos benefícios que receberam de meu gabinete e de mim mesmo. Confirmaram o triste ditado segundo o qual "o dia da ajuda é a véspera da ingratidão".

Na busca da perfeição, tentei, neste mandato de Deputado, com a alma e o coração, fazer desses quatro anos algo inesquecível ao cumprir o meu dever. Na minha atual declaração de bens, ao encerrar o mandato, nada foi aumentado, absolutamente nada além do que consta naquela que entreguei ao assumir o cargo. Tudo que ganhei foi aplicado para ajudar aos menos favorecidos. É certo que boa parte não reconheceu esse trabalho. Não obtive o reconhecimento necessário. Entretanto, é preferível errar a nada fazer por medo de errar. Aprendi infelizmente que para a quase totalidade dos eleitores deve-se ajudar, mais ou menos, 60 dias antes das eleições porque, se ajuda

for da vida inteira ou durante os quatro anos de mandato, se esquecem; só se lembram dos últimos favores ou ajudas. Mas, vamos em frente. Cabe a cada um a iniciativa de trilhar seu caminho, com coragem para assumir um trabalho responsável para com os dias de amanhã. Afinal, é tempo de se crer, muito embora haja tanto descrédito. É tempo de luta, muito embora a vitória não tenha chegado; é tempo de construir e, sobretudo, de crer no futuro. Cabe a cada um a iniciativa de trilhar seu caminho, enfrentando novos desafios.

Despeço-me de cada um e parto confiante em busca de novas conquistas. Que este adeus ressoe sempre em nossos corações pelo reflexo da saudade que já se faz presente no meu eu. Obrigado a todos colegas Deputados, obrigado aos funcionários da Casa, da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral, do Departamento de Comissões, da Consultoria, da Biblioteca, da Comunicação Institucional; obrigado aos funcionários de todos os gabinetes, a todos, sem exceção. Obrigado imprensa, apesar de ter-me dado pouca atenção. Com especial carinho, o meu obrigado, infinitas vezes, aos funcionários de meu gabinete. Juntos, lutamos para um atendimento a todos que nos procuraram. Nosso gabinete foi quase perfeito. Se houve falhas, perdoem-nos.

Contudo, vai permanecer a esperança de um reencontro contínuo. Aos que em mim votaram e confiaram, num total superior a 15 mil votos, digo-lhes obrigado e que como bons jardineiros plantaram a semente, cheios de amor e fé, revestiram de cuidado o canteiro de nossa amizade, e passamos a construir um jardim digno da confiança que em nós depositaram. Destes recebi o apoio como uma pétala de rosa, que seja ela artificial para vê-la sempre perene e constante a minha frente. Deus lhes pague o carinho e o apoio.

Aos que não souberam agradecer, o meu perdão; aos que traíram a confiança que neles depus, a minha compaixão, pois meu coração não guarda ódio nem rancor. Os compradores de votos, aqueles que chegam a esta Casa às custas do poder econômico e imaginam que todos os frutos amadurecem ao mesmo tempo, como as cerejas, nada sabem a respeito das uvas. Cada coisa a seu tempo. Podem crer que a Justiça de Deus tarda mas não falha.

Nesta despedida, se lágrimas saíssem de meus olhos e descessem pela minha face e rolassem até cada um de vocês, irmãs e irmãos Deputados e funcionários da Assembléia, elas levariam a minha mensagem de respeito e de amor, com meu obrigado a todos pela feliz oportunidade desta nova amizade.

Tenho certeza de que haverá continuidade no trabalho que sempre plantei. Continuem tendo em minha pessoa o mesmo amigo de sempre. Que, no Novo Ano que se inicia dentro de poucos dias, tenham todos vocês bênçãos copiosas de o Todo-Poderoso. Muito obrigado.

O Deputado Jaime Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é com a voz embargada, cheio de grande emoção, mas sem melancolia, que uso desta tribuna, na qual militei no decorrer de três legislaturas consecutivas, para, com imensa e profunda saudade, cheio de entusiasmo e carinho, manifestar a cada colega, a cada funcionário, a cada jornalista e especialmente aos membros de meu gabinete, sempre solícitos e bastante empenhados em ajudar-me, a expressão mais sincera de meu agradecimento pela amizade, colaboração e lealdade com que sempre fui distinguido por todos.

Acredito que, no decorrer dos doze anos de atividade política e parlamentar nesta Casa, tenha errado muitas vezes, dada a minha condição de ser humano. Afirmo, entretanto, nunca ter decidido nada que ferisse minha consciência, que pudesse conspurcar os são princípios que adotei como norma em toda minha vida. Eis o motivo porque recolho agora, para o patrimônio moral de meus filhos, a certeza de jamais ter, durante vários anos de vida pública, desrespeitado o acervo de amor ao trabalho, de coragem, de abnegação e de austeridade que, como prêmio maior de meu ser, recebi de meu querido e saudoso pai, que foi um bravo em sua luta durante toda a vida.

Em 1º de fevereiro de 1983 iniciei, com eminentes e ilustres colegas, o primeiro mandato, que se seguiu de outros em 1986 e 1990, no exercício do qual ainda me acho. Graças sejam dadas ao Onipotente pelos sucessos alcançados, todos recebidos por mim humildemente.

Agradecimentos, os mais sinceros e afetuosos, sejam creditados aos milhares de excelentes amigos, correligionários e grandes líderes políticos - Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores, lideranças comunitárias e outros - espalhados por toda minha vasta região eleitoral, sem os quais eu não teria alcançado minhas vitórias.

Ao longo desse tempo, no limite de minhas possibilidades, fiz o que pude no sentido de contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo, deixando registrado nos anais desta Casa, com satisfação, alguns dos serviços por mim prestados.

Participei, como membro ou Presidente, de diversas comissões técnicas deste Poder Legislativo, tais como as de Minas, Energia e Metalurgia, Defesa do Consumidor, Defesa do Meio Ambiente, Economia e de Abastecimento, entre outras, e tive, ainda, a ventura de escrever, em 1989, junto com vários colegas que aqui se encontram, a Constituição Mineira, procurando, como constituinte, marcar com meu trabalho presença

na elaboração da Carta Magna dos mineiros, entregando-lhes, certamente, uma Constituição adaptada aos tempos da modernidade e do restabelecimento democrático. Aqui, juntos, votamos tantos e tantos projetos de interesse do povo mineiro. Discutimos, tantas e tantas vezes, de modo caloroso, mas nunca perdemos em nossas discussões o sentimento da dignidade, o sentimento da sinceridade e da seriedade.

O parlamento e os homens públicos têm sido agredidos em sua integridade. Adjetivos lhes são imputados impiedosamente, como se de sua existência não dependesse a própria manutenção democrática do País.

O punhal de um assassino faz menos dano do que a língua de um caluniador. Um ser fraco, covarde, não ousa desengatilhar uma pistola para matar outro homem, mas atreve-se, com dois rasgos de pena, a matar a honra e a fama do cidadão que se destaca na consideração pública.

A nódoa, impressa, divulgada com intenções malignas, impregna a reputação do homem público, não fica somente no território da Pátria ou na Nação, não se contém dentro do presente, gira o mundo e prolonga-se na posteridade.

Assim, peço ao Criador que, em 1995, os membros desse parlamento não sejam atingidos por atos como o mencionado.

Apesar de todas as adversidades verificadas neste período, foi-me possível, durante meus três mandatos nesta Assembléia, carrear para toda minha região eleitoral enormes e valiosos benefícios. Nem um só setor de atuação do Estado foi esquecido no meu trabalho de beneficiar as comunidades mais carentes de minha área eleitoral.

É com grande alegria que afirmo ter a tranqüilidade de não ter deixado, em nenhum momento de minha vida parlamentar, de exercer, o máximo e permanentemente, minha ação junto aos Governos Estadual e Federal, para servir à gente boa e laboriosa de nossa "interlândia", fazendo chegar a cada comunidade, sempre, a ação eficaz e benéfica dos Governos.

Servi, assim, com acendrado amor e carinho a todos que necessitaram de meu trabalho, jamais esquecendo a passagem evangélica, referente a Cristo nosso Senhor, quando este afirmava pela voz do profeta: "Vim para servir e não para ser servido." Foi, pois, este o lema que sempre adotei em minha vida pública.

Imbuído, assim, do firme desejo de servir plenamente minha região eleitoral, coloquei em ação toda minha força, capacidade de trabalho e amizade. Consegui, mercê de Deus, sem falsa modéstia, realizar muito. Tenho a consciência tranqüila do dever cumprido. Todo o poder e todos os recursos materiais que estiveram ao meu alcance foram utilizados em benefício de meus queridos correligionários e dos municípios que tive a honra de representar politicamente. Muito mais preocupado com o trabalho e a realização do bem comum, todo o meu tempo era consumido na consecução de benefícios para o povo.

Assim, freqüentando sempre que necessário a tribuna e atuando permanentemente nas comissões técnicas e repartições públicas, consegui exercer com eficiência meus três honrosos mandatos de representação popular.

Devo, neste momento em que me afasto deste parlamento, agradecer mais uma vez a meus funcionários de gabinete, companheiros nesses doze anos de luta, incansáveis em uma tarefa tão difícil. Que Deus os proteja e os possa bem conduzir. Agradecer-lhes a maneira como agiram comigo: com dedicação, seriedade, amor e carinho, na causa comum de servir a nossa gente.

A todos os funcionários da Assembléia Legislativa - da Mesa, das Comissões, da Segurança, da cantina, aos motoristas que me serviram, que me ajudaram nessa empreitada - entre os quais conquistei sólidas e permanentes amizades e que muito contribuíram para que eu realizasse o bom combate, quero agradecer de coração, neste instante de despedida.

Aos representantes da imprensa, esses dedicados jornalistas, que, vigilantes e sagazes na sua nobre missão de bem informar, sempre foram atenciosos comigo, deixo meu abraço agradecido.

Aos amigos da Bancada do PFL, o meu muito obrigado, pela honra de conviver com seus integrantes, na certeza de que esse convívio será constantemente lembrado, já que sempre tivemos como propósito nortear nossas decisões pelo caminho da democracia, na defesa dos interesses do povo mineiro. Também aos demais colegas desta augusta Casa, que sempre me distinguiram com amizade, o meu muito obrigado.

A todos, um feliz Natal, com paz e tranqüilidade, e que o novo ano lhes traga a realização de seus sonhos e ideais.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, imprensa, nesses últimos anos temos verificado que a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais vem procurando maior integração, vem buscando mudar um pouco a sua imagem diante da opinião pública, vem procurando adquirir um novo comportamento em relação aos movimentos, evidentemente não deixando aquele seu aspecto mais geral de repressão, mas, no meu entender, mantendo um processo de diálogo mais amplo.

Entretanto, falando como parlamentar e também como evangélico, lamentamos

enormemente quando, ao receber o "Minas Gerais" do dia 7/12/94, tomamos conhecimento da publicação do edital de concurso público para provimento de cargos no quadro de oficiais capelães da PMMG, para o ano de 1995. A Polícia Militar, que é uma instituição pública, uma instituição do Estado, do povo de Minas Gerais, fez publicar um edital de concurso, de concurso público, isto é, um concurso do qual todas as pessoas podem participar, evidentemente, apresentando algumas características necessárias à função de capelão.

Entretanto, o fato que mais nos chamou a atenção foi exatamente o item 3, que fala das inscrições. Diz assim o texto do edital de concurso: "3. Inscrição a. Os cargos são destinados aos Sacerdotes da Igreja Católica Apostólica Romana."

Este é o primeiro critério. Só poderá concorrer aquele que for sacerdote, isto é, se for padre. Não estamos fazendo campanha contra a Igreja Católica, mesmo porque nem foi ela quem elaborou esse edital do concurso, mas queremos lamentar essa infelicidade e dizer que tal procedimento é inconstitucional. Já conversamos com vários companheiros, como o Vereador João Leite, que, agora, é Deputado Estadual, com o Deputado Antônio Genaro, além de outros pastores de várias comunidades. O Concílio da Igreja Assembléia de Deus se reuniu e já está com ações preparadas, as Igrejas Batistas e várias outras também já se mobilizaram, porque esse edital criou um grande constrangimento dentro da comunidade evangélica, na medida em que se trata de uma discriminação clara e explícita. Hoje, estivemos com o Coronel Meira, conversando com ele sobre a necessidade de que esse edital seja suspenso e que se reelabore novo edital dentro das normas.

O pronunciamento que fazemos hoje é para alertar e ao mesmo tempo colocar-nos à disposição para o diálogo, para que fatos como esse não venham ocorrer e para que não tenhamos dentro da comunidade evangélica um movimento que possa trazer uma outra idéia da PMMG. Isso seria desagradável e ruim tanto para a comunidade evangélica quanto para a Polícia Militar. Estamos entrando com um requerimento solicitando à Polícia Militar informações, visto que lá existem orientações jurídicas de como é possível fazer um edital que fere de forma veemente a Constituição Federal, em seu art. 3º, inciso IV, e a Constituição do Estado, em seu art. 5º, inciso I. Hoje há perseguição e discriminação contra o setor evangélico; amanhã, poderá ser contra outros grupos, como por exemplo o negro, que já sofreu muitos preconceitos. Se não fizermos nada, estaremos concordando com todo esse processo de discriminação. Não queremos que isso ocorra.

Com esse requerimento pedimos à Casa que busque informações junto à Polícia Militar, conclamando o Comandante da Polícia Militar e o Governador do Estado, ao qual a Polícia está subordinada, para que suspendam esse edital e seja feito outro, permitindo que todas as pessoas que tenham formação religiosa possam participar, porque a Polícia Militar precisa dessa participação e os capelães cumprem uma função importante de orientação espiritual, não de doutrinação de uma determinada igreja ou de uma determinada denominação.

Essa é a nossa fala, e lamentamos profundamente - a comunidade evangélica está extremamente entristecida - esse fato, esperando que a Polícia Militar corrija esses equívocos e que possamos novamente ver a PM como uma instituição séria e responsável, que não provoca nem faz discriminações.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Pereira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes nas galerias, não venho aqui para fazer um pronunciamento de despedida. Confesso que até cogitei da hipótese de fazer um balanço, mas isso demandaria tempo maior e, infelizmente, o nosso Grande Expediente só tem como utilidade compor a nossa pauta formal, porque não é nunca utilizado e creio que seria inócuo agora fazê-lo.

A minha preocupação é registrar alguns pontos que dizem respeito ao debate sobre a sucessão interna da Assembléia, sobre a eleição da Mesa. Aprovamos, há poucos dias ou noites, um projeto que diz respeito aos portadores de sofrimento mental. Esse projeto tramitou por cerca de dois anos, envolveu instituições as mais variadas, tanto do Estado quanto do País, permitiu que fizéssemos com que o movimento pela luta antimanicomial, daqui de Minas, assumisse destaque nacional e possibilitou também que durante a sua discussão fosse criada uma entidade, uma associação de usuários do sistema público e privado de saúde mental. Um projeto com essa dimensão, que consegue sinalizar, pelo menos, a preocupação de Minas Gerais com o tema, a exemplo do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará e mesmo internacionalmente - esse debate é antigo na Itália e no Canadá - foi aprovado na calada da noite. Não quero discutir aqui o projeto. Ao que chamo a atenção e para o que queria dar destaque são os nossos procedimentos, ou seja, um momento que poderia e deveria ser grande para a Assembléia, que permitiria o encontro da sociedade, dos setores organizados com o trabalho aqui realizado, ocorreu quase que clandestinamente. As pessoas queriam acompanhar, comemorar, aplaudir a Assembléia naquele momento, mas não tiveram oportunidade, pois as nossas pautas ainda são estabelecidas ao sabor e à vontade da Presidência, do poder imperial da Presidência.

Creio que esse é um pequeno exemplo do muito que temos que alterar aqui. Há outros: o debate sobre o orçamento, que deveríamos estar realizando. Depois de quatro anos aqui - eu mesmo trabalhei muito tempo na Comissão de Fiscalização Financeira -, chegamos à conclusão de que, por mais que se afirme que orçamento público em Minas e no País é uma peça de ficção, muito pouco tem sido feito para que deixe de ser uma peça de ficção.

Todos nós recebemos uma circular do querido, do nobre Deputado Agostinho Patrus, argumentando que há um eventual Acordo de Lideranças - registro: nosso partido não participou desse Acordo de Lideranças - segundo o qual cada Deputado foi brindado com a possibilidade de fazer 20 emendas, no valor de R\$800,00 cada uma. Se é para sermos formais, por que não 20 emendas a R\$1,00 cada uma, já que facilitaria as coisas, economizaria tempo do computador e ninguém precisaria fazer contas? Com o valor que foi estabelecido, vários de nós teriam condições de pagar as emendas do próprio bolso, não precisaria sequer fazer-se orçamento para isso.

Mas, o que é a caricatura? O que é o problemático? Nós temos várias situações: O Deputado Roberto Amaral, que é do mesmo partido do relator, que, por sua vez, é do partido do Governador do Estado, apresentou mais de mil emendas. Não vou entrar no mérito das emendas do Deputado Roberto Amaral, mas de duas uma: ou o projeto orçamentário, encaminhado pelo Governo - do partido que ele faz parte -, não tem representatividade na concepção do Deputado Roberto Amaral e então ele teria que romper com o Governo, ou o Deputado teria que retirar suas emendas em prol de um projeto.

O problema todo é que orçamento não é projeto, não é programa de realizações. A dificuldade toda é que o orçamento não é a tradução de compromissos estabelecidos, de prioridades, de definições, de uma opção de políticas públicas. O orçamento é um ritual. O Executivo - e não se trata aqui de se abrir um debate lateral - obviamente tem e terá sempre melhores e maiores condições - pois essa é a sua tarefa, é sua responsabilidade - de fazer o orçamento, estipular suas prioridades, onde vão ser alocados, de forma principal os recursos.

A tarefa nossa, de um Poder como o nosso, é estabelecer novas sínteses, construir novos patamares de consenso, é saber que aqueles parlamentares que concordam com o eventual projeto majoritário do Governo vão defender e até aprimorar esse projeto e que aqueles que, democrática e necessariamente, fazem oposição vão tentar convencê-los de que é possível fazer outras coisas.

E, neste embate, todos nós avançamos: a sociedade avança, a democracia avança, a vida do povo melhora, enfim. Mas, não. Concordamos todos com o cumprimento do ritual. Qual é o resultado disso? Qual é o desdobramento disso? No plano nacional, já vimos: CPI do Orçamento. Aqui, o orçamento não tem papel, não tem função. Não discutimos conteúdos. O único debate que se pôs até agora é o limite do número de emendas, porque, da mesma maneira que eu pessoalmente não me sinto em condições de votar a favor de uma ponte orçada em R\$80,00, também não me sinto em condições de votar contra essa ponte, pois não sou capaz de aferir, de dimensionar a importância dessa ponte para a região. Se isso vale para mim, vale para qualquer um de nós.

O desafio que está posto - de novo quero voltar ao tema, que é a eleição da nossa próxima Mesa - é de que maneira este Poder se pode capacitar, para cumprir a sua função de também debater, opinar, interferir no processo orçamentário. Isso, parece-me, deveria estar posto no debate de sucessão desta Assembléia, para nós não ficarmos, permanentemente, discutindo no varejo. Se o orçamento é uma peça de ficção e até agora tem sido, onde vamos buscar tanta metafísica para trabalhar essa ficção? Ficamos permanentemente enredados em discutir uma emendinha aqui, uma janelinha acolá, cuja execução vai depender da pressão política ou do acesso, dos canais, ou das amizades, seja lá o que for, que cada um tenha sobre os eventuais ocupantes do Palácio da Liberdade.

Creio que esses temas deveriam ser trazidos aqui, agora, para o debate da próxima Mesa. Fazer isso é compreender que, se a Mesa é um espaço necessariamente plural, a exemplo das várias comissões, tem que compreender a representação dos partidos desta Assembléia e que o cargo de Presidente tem especificidades, tem particularidades, tem simbologias, tem representações que não podem ser tratadas da mesma maneira.

Se eu permanesse aqui, com certeza votaria no Deputado Agostinho Patrus para Presidente da Assembléia não apenas porque isso corresponde, hoje, praticamente a um consenso da nossa bancada, dos companheiros que para aqui virão no próximo ano, mas também porque não se trata apenas de cumprir um ritual de oposição partidária. Acredito sinceramente que, entre as opções colocadas, ele é o melhor. O problema é que, de forma alguma, seria um voto apaixonado, de maneira alguma seria um voto com entusiasmo e muito dificilmente seria um voto que traduziria uma vontade, um desejo, um empenho de participação. Seria um voto burocrático-administrativo - um mal menor porque ninguém discute o que fazer da Assembléia, o que fazer da Mesa, o que fazer das comissões, o que fazer do Plenário, o que fazer das comissões técnicas, o que fazer da estrutura, nada disso; discute-se quem vai para onde. Daí, em torno disso, é

muito difícil optar, é muito difícil escolher. O saudável, o positivo, o necessário é que os Deputados que pleiteiam o cargo de Presidente expusessem as suas plataformas, apresentassem para todos que fossem votar quais os compromissos que têm com o público, porque nunca é demais lembrar, que isto aqui é uma instituição pública, e, já que o Presidente da Assembléia está na linha direta da sucessão do Governo do Estado, o que os candidatos pretendem para este Poder. Não mais o acerto de sempre, o conchavo de sempre. Não tenho nada contra conversas. Isto faz parte da natureza humana e da política. Não se trata de contrapor mecanismos, mas trata-se de exigir algo absolutamente elementar num processo desses: queria saber dos candidatos à Presidência a posição que defendem acerca deste elefante branco, que é o painel, pois todos brincam de digitar números, mas hoje ele não tem função nenhuma, e custou muito caro. Quando foi montado, tinha um papel, que era o de permitir à sociedade acompanhar os nossos votos, não o de lista de presença, pois a que vale é a que é feita aqui atrás. Queria saber também a posição dos candidatos à Presidência sobre o nosso Instituto de Previdência, sobre a ASFAS; queria saber da possibilidade, que é uma necessidade, de se estabelecerem prazos para a tramitação de projetos. Por que depende da boa vontade do Presidente que determinado projeto entre ou saia da pauta? Se a tramitação de projeto tem prazo é apresentado; passa na comissão; se ela perde prazo, vai para outra; se esta também perde prazo, vem para Plenário e é votado, com as pautas divulgadas anteriormente, por que a sociedade não sabe - tampouco nós sabemos - o que é votado aqui? A votação, a cada dia, é uma surpresa. Vamos e venhamos, este não é o melhor funcionamento para a democracia, este não é o melhor funcionamento para uma instituição que quer se legitimar se sabemos todos que o poder político se legitima à medida que é capaz de construir consenso na sociedade. Não é clandestinamente que se fazem as coisas. Por que devemos estar submetidos, permanentemente, a prioridades - exceto aquelas de natureza constitucional - a urgências do Executivo, tais como mais um absurdo que acaba de chegar de um mini-"Frankenstein" ou coisa que o valha, que tem que ser votada a toque de caixa porque o Executivo assim o quis?

Concluindo, Sr. Presidente, é este o melhor procedimento? Creio que não. Creio que, se quisermos, podemos melhorar muito. Nada de idealizações perfeitas, mas devemos e podemos melhorar isto aqui.

Queria concluir, fugindo do assunto e lançando não um desafio, mas um apelo singelo, do fundo da alma, para que o nosso Vice-Governador, Arlindo Porto, nos ensine o caminho das pedras; que ele possa, de alguma maneira, demonstrar como conseguiu inundar este Estado de "outdoors", cartazes, faixas, de gente para todo o lado segurando cartazes e faixas, com os mesmos custos da minha campanha. Queria descobrir esse milagre, queria descobrir essa capacidade monumental que o nosso Vice-Governador teve de, com algo em torno de R\$500.000,00, realizar essa campanha fantástica. Acho que, se ele ensinasse a todos nós, ganharíamos todos; teríamos a capacidade de fazer campanha mais barata, fazer chegar nossas informações ao povo e, quem sabe, termos condições mais iguais de disputa. Muito obrigado.

ERRATA

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/1/95, pág. 34, col. 4, após os termos "- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 13/1/95, a seguinte correspondência:", incluía-se o título "OFÍCIOS".

Onde se lê:

"Do Sr. José Costa Loures", leia-se:

"Nº 1/95, do Sr. José Costa Loures".

Onde se lê:

"Do Sr. Fued Dib", leia-se:

"Nº 1/95, do Sr. Fued Dib".
